

POLÍTICA E EPISTEMOLOGIA NO DEBATE SOBRE IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE JORNALISMO NO BRASIL

Fernanda Lima Lopes¹

RESUMO:

Na comunidade acadêmica, as heterogêneas posturas sobre modelos de formação do jornalista aparecem em momentos de conflito, como os debates do início de 2014 sobre implantação, na universidade, das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil. Ao mapear, com olhar crítico, os aspectos políticos e epistemológicos em jogo nessa recente discussão, este artigo busca identificar os rumos que a polêmica vem tomando contemporaneamente, bem como aprofundar a compreensão sobre a própria identidade do jornalista no país.

Palavras-Chave: *diretrizes curriculares; jornalismo; conflito; identidade jornalística*

¹ Jornalista graduada pela UFMG. Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Lecionou disciplinas relacionadas a comunicação e jornalismo, tanto em graduação como em pós-graduação, em instituições de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Atualmente, realiza pós-doutorado na ECO/UFRJ.

Introdução

O modo como os indivíduos ou grupos se apresentam constitui-se de operações sociais, intencionais ou não, estrategicamente pensadas ou não, amparadas tanto por elementos que procuram evidenciar uma unidade coesa e coerente do ser quanto por relações conflituosas, tensas e até desagregadoras. A natureza sociológica do conflito, assim como a importância dos antagonismos, competições e embates para a construção de identidades sociais já foram pontuadas por Georg Simmel em texto de 1903. Com base nas reflexões desse autor e tendo, ainda, como aporte teórico as pesquisas previamente realizadas acerca da identidade do jornalista no Brasil (Lopes, 2013), pretendo analisar neste artigo as discussões da comunidade acadêmica brasileira relacionada com a formação de futuros jornalistas no contexto da instituição das primeiras diretrizes curriculares específicas para o curso de jornalismo no país. Vale salientar que a comunidade acadêmica está sendo privilegiada neste trabalho em função de sua preocupação com a implantação das diretrizes nas universidades, o que implica mudanças curriculares e consequentes debates em torno dos modos de se adequar à nova realidade normativa que passou a vigorar a partir de 2014.

A primeira parte deste trabalho apresenta alguns processos históricos relacionados à produção de um documento oficial com diretrizes curriculares para o ensino de jornalismo, cuja redação só se efetivou em 2009. Embora o Ministério da Educação (MEC) tenha criado mecanismos com propósitos similares (mas formatos diferentes) desde os anos 1960, as diretrizes específicas para jornalismo só foram homologadas em setembro de 2013². No início letivo de 2014, um debate sobre a implantação das mesmas foi suscitado na comunidade acadêmica. As características dessas discussões, as retóricas mobilizadas por diferentes agentes sociais envolvidos na polêmica, serão o foco da análise a ser realizada na segunda parte do artigo. A reflexão vai se amparar no material observado a partir dos seguintes referenciais:

a) um Fórum de Debates³ promovido em fevereiro, na Escola de Comunicação da USP;

² Em 12 de setembro de 2013, foi publicada na página 10 do Diário Oficial da União nº 177 a homologação do Parecer nº 39/2013 do CNE. O Parecer, que corrobora o conteúdo do documento produzido por uma comissão de especialistas em 2009, está disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14111&Itemid=

³ As discussões sobre implantação das diretrizes de jornalismo ocorreu na parte da tarde, enquanto na parte da manhã, o encontro "Estruturas Curriculares do Curso de Rádio, Televisão e Internet no Brasil" debateu sobre possibilidades de se criarem diretrizes específicas também para essa habilitação.

- b) e-mails que circularam na lista da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós) logo após a divulgação desse Fórum;
- c) edição nº 188 (março/2014) da revista *Cult*, que publicou seis textos sobre o assunto.

No esforço crítico, sempre levando em conta as contextualizações históricas e culturais que acompanharam o perene debate sobre parâmetros e modelos para a formação de jornalistas no Brasil, busco compreender os rumos que as discussões vêm tomando, sobretudo neste momento de aplicação das novas regras dentro das universidades. Minhas análises se apoiam em descrição e narração das situações de debate, entretanto, a preocupação de fundo dessa empreitada repousa sobre a pergunta acerca da própria identidade do jornalista brasileiro na contemporaneidade. A questão que subjaz ao olhar sobre esses momentos de tensão é: que contornos as recentes discussões sobre formação traçam em torno deste agente social, o jornalista brasileiro da contemporaneidade?

Obviamente, a resposta a essa pergunta tão ampla não caberá no espaço de um artigo, todavia, perceber as movimentações dos envolvidos com o tema das diretrizes curriculares, tanto do ponto de vista político quanto em termos das sistematizações epistemológicas, pode dar pistas nesse sentido. Este trabalho consiste, pois, em um pequeno passo no percurso de uma investigação de maior amplitude, que inclui uma tentativa de aprofundamento sobre a temática do fenômeno identitário. Assim, pela percepção e perscruta de diversos aspectos – as vozes, os agentes sociais mobilizados nas discussões, os argumentos que ganham força – procuro notar e apontar os referidos contornos, tendo em vista as crenças, os valores, as imagens e as representações acerca do jornalista.

Vale reforçar, portanto, que o objetivo deste texto não é advogar contra ou a favor das diretrizes. Procuro fazer uma reflexão não engajada com quaisquer dos posicionamentos encontrados, mas esforço-me para compreender melhor os modos de agir e de expressar o que pensam dos agentes sociais envolvidos na questão, identificando representações, valores, crenças e posturas acerca não só da formação em jornalismo, bem como do próprio jornalista.

Da constituição até a instituição das diretrizes curriculares de jornalismo

A formação universitária para jornalistas se constituiu, no Brasil, no final nos anos 1940⁴. Quanto às regulamentações para o curso, a primeira delas obedeceu a uma norma dos anos 1960: a lei 4024/61, considerada como precursora da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de 1996) e que estabeleceu os currículos mínimos como instrumentos para direcionar os conteúdos programáticos da formação (Moura, 2002). Em 1962, foi aprovado o primeiro currículo mínimo para o curso de jornalismo; o segundo veio em 1966. O terceiro, de 1969, merece atenção especial, porque mudou significativamente o formato até então adotado: criou o curso de comunicação social, transformando o jornalismo – assim como publicidade, relações públicas e editoração – em uma de suas habilitações. Havia no Brasil, nesse momento, 18 instituições superiores oferecendo a graduação de jornalista, sendo onze públicas e sete particulares (Lopes, 2013), mas todas elas estavam, então, abrigadas nas recém instituídas escolas de comunicação (ou comunicação social). Essa estrutura foi mantida nos quartos e quintos currículos mínimos, que propuseram algumas reformas e ajustes em 1977 e 1984 respectivamente.

A transformação do curso nesses termos ocorreu em meio a debates e críticas, sobretudo as que enxergavam naquela mudança uma influência americana, operada com o aval do governo por meio de intelectuais brasileiros que tinham sido formados no Ciespal (Centro de Estudos de Periodismo para América Latina), organismo ligado à Unesco, criado em tempos de Guerra Fria. (Melo, 1979; Silva, 1979; Meditsch, 1999 e Moura, 2002). A proposta do Ciespal era a de moldar cursos para formar um profissional “polivalente”. Entretanto, entidades de classe dos jornalistas, por exemplo, criticavam esse modelo por o considerarem demasiadamente teórico, deslocado do cotidiano da prática jornalística (cf. cartas da Fenaj reproduzidas em Sá, 1999 e Fenaj, 1983).

Boa parte das discussões envolvendo a formação do jornalista sempre abarcou essa dicotomia teoria versus práticas. Entretanto, essa não pode ser tomada como uma disputa

⁴ Há registros experiências de ensino de jornalismo e tentativas efêmeras de se organizarem cursos nesse sentido desde a primeira década do século XX, com a ajuda de sindicatos e associações de jornalistas. Entretanto, normalmente se considera que a primeira faculdade de jornalismo no país foi a fundada pelo empresário Cásper Líbero (em São Paulo), iniciada em 1947.

simplória, pois também estão em jogo diferentes noções acerca do que se considera como teoria e também do que se considera como prática jornalística.

Na década de 1990, uma reforma nacional no âmbito da educação veio com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), que substituiu o mecanismo do currículo mínimo – criticado por ser demasiadamente limitador da autonomia acadêmica – pelo formato mais aberto das diretrizes curriculares. Assim, foram validadas, em 2001, as primeiras diretrizes curriculares para comunicação social⁵. Nesse documento, há primeiramente a descrição do perfil, das competências e das habilidades do formando em um sentido mais geral, seguida de parágrafos específicos para cada habilitação (estas seis: jornalismo, relações públicas, radialismo, cinema [ou cinema e vídeo], publicidade e propaganda, editoração). Vale notar que, posteriormente, o cinema passou a ser um curso à parte.

Currículos mínimos ou diretrizes, por sua força normativa, procuraram estabelecer traços homogêneos para a formação em comunicação no Brasil. Contudo, a prática se caracterizou por realidades díspares nas universidades e faculdades do país, a começar pela diferença na oferta das habilitações, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Em função disso, o perfil do próprio corpo docente variou, a depender do tipo de graduação(ões) disponível(is) em cada uma delas. A heterogeneidade também se deveu a diferenças como: particularidades regionais; proximidade ou distância do centro de ensino com os mercados empregadores de jornalistas; maior ou menor influência sofrida pela instituição de ensino em relação a associações de classe de jornalistas (que sempre estiveram envolvidas nas discussões sobre formação superior); o fato de a IES ser pública, particular, privada sem fins lucrativos; o fato de, na instituição de ensino haver ou não pós-graduação e pesquisa em comunicação. Enfim, inúmeros fatores operaram na constituição de contextos que conduziram à produção de currículos muito variados pelo Brasil afora. Alguns reiteraram a tendência generalizante das diretrizes curriculares do MEC enquanto outros enfatizaram a formação em jornalismo de modo mais específico.

Em paralelo ao que ganhava corpo nos projetos políticos pedagógicos nas mais diversas escolas, discussões sobre a formação jornalística também se desenrolavam fora das universidades, em locais como as já citadas associações de classe, em especial a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), e ainda em entidades de teor acadêmico, criadas já no

⁵ Parecer CES 492/2001 – Diretrizes curriculares a área de comunicação e suas habilitações.

século XXI, como a Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor, de 2003) e o Fórum de Professores de Jornalismo (FNPJ, de 2004). Essas três, de modo especial, terão um papel de destaque na proposta de criação de diretrizes específicas para jornalismo, separadamente das diretrizes de comunicação. Isso será comentado mais adiante.

O contínuo crescimento dos cursos de graduação em comunicação dos anos 1940 até o início do século XXI foi acompanhado pelo concomitante esforço dos ocupantes do espaço acadêmico em alcançar reconhecimento para suas pesquisas e para o nível de pós-graduação dessa área. É interessante lembrar que, nesse âmbito, a relação entre universidade e Estado já não é atravessada exclusivamente pelo Ministério da Educação, mas passa a incluir o Ministério da Ciência e Tecnologia, relacionado com o financiamento da pesquisa e da produção de conhecimento. Assim, não é à toa que boa parte dos trabalhos científicos da área de comunicação tenham versado, sobretudo em um momento inicial, sobre a problemática da epistemologia da comunicação, uma vez que essa defesa da comunicação como um campo do saber representou, em grande medida, também um esforço político para que a área passasse a ser vista como campo científico digno de receber recursos para pesquisa, bolsas de mestrado e doutorado, financiamentos de diferentes tipos. Dentro desse grande “guarda-chuva” que se tornou a comunicação, encontramos trabalhos de investigação sobre jornalismo, relações públicas, publicidade, isto é, questões diretamente ligadas às habilitações e às respectivas profissões, mas também se produzem pesquisas sobre outros fenômenos comunicacionais de cunho mais amplo, seja sob a perspectiva das relações humanas (política, linguagem, história etc), seja sob a ênfase nos suportes tecnológicos (*pace* McLuhan e teóricos próximos à tradição do paradigma midiológico).

Enquanto a expansão da pós-graduação no país significou uma ampliação das temáticas abordadas pelo heterogêneo grupo dos acadêmicos em comunicação, a história da graduação no início do século XXI esteve marcada por algumas ações estratégicas que acabaram culminando na criação das primeiras diretrizes curriculares específicas para o curso de jornalismo. O momento chave para a consumação desse fato ocorreu em 2008, juntamente com uma fase polêmica na disputa judicial que pleiteava o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício para profissão de jornalista no Brasil. Conforme descrito em trabalho anterior (Lopes, 2013), a decisão do então ministro da educação Fernando Haddad de convocar uma comissão de especialistas para elaborar diretrizes específicas para esse curso não foi espontânea, mas ocorreu em resposta às pressões de um grupo de docentes e profissionais que buscavam apoio e

visibilidade para a campanha pró-obrigatoriedade. Em audiência no dia 23 de outubro de 2008, solicitada por representantes da Fenaj, FNPJ e SBPJor, o ministro, ao mesmo tempo em que se esquivou de opinar sobre o assunto da obrigatoriedade, cedeu a outros anseios desses agentes.

Tais entidades já vinham, desde anos anteriores, articulando meios políticos de modificar a estrutura da formação superior para jornalistas, desconectando-a do curso de comunicação. Suas propostas nesse sentido apareceram na cena pública durante um debate no final de 2004 e início de 2005, quando os legisladores brasileiros discutiam no Congresso Nacional um anteprojeto de lei para a educação superior⁶. Nessa ocasião, a Fenaj, o FNPJ e a SBPJor entregaram aos parlamentares um documento coassinado intitulado “Contribuições de Campo do Jornalismo ao Debate sobre o Anteprojeto da Lei de Educação Superior”, enfatizando a necessidade de se fomentar a formação específica do profissional, distanciando-se do modelo em vigor, do jornalismo como habilitação. O refinamento e o reforço de tais ideias se verificou em ocasiões internas àquelas entidades, como simpósios, congressos, outros eventos e documentos (Lopes, 2013).

O início dos trabalhos da comissão designada pelo MEC para elaborar as diretrizes de jornalismo foi 19 de fevereiro de 2009 e o relatório que ela produziu apresenta 18 de setembro como sua data de conclusão. Nesse meio tempo, a comissão fez três audiências públicas e recolheu durante 30 dias, por meio de um site oficial, opiniões e sugestões para a formação do jornalista. Não acolheu, porém, a proposta radicalmente oposta: a de se rejeitar a implantação de diretrizes específicas, separadas da comunicação. Essa recusa ficou particularmente evidente na primeira audiência pública, realizada no Rio de Janeiro, com a presença de outros agentes sociais do mundo acadêmico. O então presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós), Erick Felinto, manifestou sua posição contrária à criação de diretrizes específicas, salientando que isso significava uma tendência prioritariamente tecnicista, além de desvinculada da atual tendência de educação multi/inter/transdisciplinar. Algumas outras vozes – de discentes e docentes – concordaram com ele, além de associarem o assunto das diretrizes com a questão da obrigatoriedade do diploma, porém, antes que mais pessoas pegassem o microfone para continuar o eixo do debate nesses termos, o representante do MEC (não pertencente ao campo da comunicação) retomou a palavra e interrompeu eficazmente esse deslocamento, afirmando que o ministério não voltaria

⁶ Conhecida como reforma universitária, a proposta de uma “Lei Orgânica da Educação Superior” fora elaborada no âmbito do MEC e encaminhada à Casa Civil para esta repassá-la ao Legislativo.

atrás quanto a isso: as diretrizes específicas seriam criadas, de um modo ou de outro (LOPES, 2013).

Dois meses após a finalização da redação do relatório das diretrizes pela comissão de especialistas, a Compós emitiu uma carta aberta condenando a proposta como um todo. Fenaj, SBPJor e FNPJ, no entanto, comemoraram a produção daquele texto, enquanto mantiveram seus esforços junto ao MEC, enviando cartas e pressionando o ministério, para ver as diretrizes homologadas o quanto antes.

O encaminhamento do relatório da comissão ao Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Ensino Superior (CES), ocorreu em abril de 2010 e o Parecer CNE/CES nº39/2013, favorável às diretrizes, foi emitido em fevereiro de 2013. Sua homologação ocorreu em 12 de setembro e, dias depois, as diretrizes foram enfim instituídas, por meio do Resolução CNE/CES nº1, de 27 de setembro de 2013⁷.

Epistemologia e política na argumentação sobre o lugar do jornalismo no universo acadêmico

O ano letivo de 2014 para a comunidade acadêmica ligada ao ensino de jornalismo no Brasil foi inaugurado com a seguinte preocupação: como conduzir a implantação das novas diretrizes nas instituições de ensino? Os agentes sociais historicamente vinculados à própria constituição das diretrizes se adiantaram na administração de uma resposta, promovendo um encontro em que convidaram coordenadores de cursos de todo país. O denominado Fórum de Debates ocorreu em fevereiro, na Escola de Comunicação da USP, e foi promovido numa parceria entre o departamento de jornalismo daquela universidade, a Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom), a Intercom, a SBPJor, o FNPJ e a Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Uma publicidade sobre esse evento foi enviada à lista de e-mails da Compós, entidade contrária à criação de diretrizes específicas. A mera divulgação do Fórum provocou a manifestação de vozes discordando da implantação das diretrizes e iniciou uma troca de

⁷ A homologação foi publicada na edição nº 177 do Diário Oficial da União, em 12/09/13, p.10. A Resolução foi publicada no D.O.U. n.º 190, 01/10/13, pp. 26 a 28. Link para este documento: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19121&Itemid=866

mensagens recheada de polêmica e de antagonismos por vezes acidamente manifestados, a qual durou cerca de três semanas (para este artigo, analiso mensagens entre os dias 13 de fevereiro e 5 de março). Segundo Adilson Cabral, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e primeiro a suscitar a discussão, as instituições de ensino – em especial as públicas – que estivessem em desacordo com as novas diretrizes não deveriam ser obrigadas a adotá-las: “a implementação do projeto de cima para baixo fere a autonomia universitária que rege as universidades federais” (mensagem em 13/02/14). Seu argumento teve o apoio do coordenador da pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense, Afonso Albuquerque, cuja opinião foi a de que a determinação do MEC significava uma violência, uma espécie de “apartheid acadêmico” (mensagem em 28/02/14). Também enfatizando a questão da autonomia universitária, outro professor da UFRJ, Maurício Lissovsky chegou a falar em desobediência civil (28/02/14).

Essas falas estão associadas ao fato de que a oficialização das novas diretrizes curriculares de jornalismo referendaram, pelo menos no âmbito da graduação, uma divisão institucional entre [curso de] comunicação e [curso de] jornalismo, posto que obrigaram a desvinculação entre ambos (nos currículos, nos vestibulares etc). Tal “divórcio” foi variamente interpretado, de forma que as rivalidades em torno desse assunto constituíram um dos principais eixos do debate. Pela leitura do corpus empírico, depreende-se que a questão está atravessada por dois aspectos, um político e um epistemológico. O primeiro, mais facilmente identificável, inclusive nos exemplos mencionados no parágrafo anterior, refere-se à disputa para ver quem detém o poder de definir o que é relevante para a formação do jornalista: se o Estado, se a comunidade acadêmica, se o grupo X ou Y dentro dessa mesma comunidade. O segundo aspecto diz respeito a um embate epistemológico que, ao fim e ao cabo, funciona como mais uma peça na engrenagem política do debate, uma vez que as tentativas de sistematizar uma “epistemologia do jornalismo” acabam, por contiguidade, colocando em polos opostos os que preferem a estruturação do ensino de jornalismo no esteio de uma escola específica e os que defendem o modelo educacional ancorado na faculdade de comunicação.

A discussão epistemológica que vem ganhando corpo em trabalhos produzidos por docentes e discentes de pós-graduação em algumas universidades brasileiras⁸ preocupa-se em conceber o caráter do jornalismo não apenas como uma atividade profissional, mas como um

⁸ Destaque para a Universidade Federal de Santa Catarina, primeira a criar um mestrado em Jornalismo.

campo específico do saber dentro do universo acadêmico. No limite, a produção de pesquisas e artigos articulando argumentos de caráter epistemológico para afirmar o status científico do jornalismo não deixa de ser uma estratégia política para o reconhecimento de um lugar de fala especial dentro da academia. A aceitação de que o jornalismo é um campo do conhecimento (se científico ou não, não vem ao caso no momento, pois há variantes nos entendimentos dos autores⁹) representa um elemento agregador no percurso de legitimação do mesmo perante esferas universitárias, bem como junto a órgãos de fomento à pesquisa no Brasil. Situação semelhante se passou com a área da comunicação por volta das décadas de 1960 e 1970, conforme mencionado anteriormente.

De fato, há características coincidentes entre a atual discussão sobre diretrizes curriculares de jornalismo e os debates do século passado sobre o ensino da comunicação e de suas habilitações, mas também é necessário entender que os contextos são bem diferentes. Mesmo que alguns processos se assemelhem, há uma inegável história de crescimento e consolidação do ensino superior nessa área, aspectos que precisam ser levados em conta para o entendimento do que acontece no atual período.

No que tange às similaridades entre esses dois períodos, vale mencionar determinadas movimentações de teor político no âmbito acadêmico. Dentre elas, destaco a criação de entidades de motivações supraindividuais visando ao fortalecimento social de um grupo. Os tropismos dos anos 1970 representaram iniciativas de variados agentes sociais vinculados à área comunicação; já no início do século XXI, os passos nesse sentido são dados por agentes associados ao ensino e à pesquisa de jornalismo. Uma das primeiras experiências reunindo indivíduos e instituições com interesses comuns foi a Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, de 1977. Embora extremamente heterogênea, marcou-se pelo caráter gregário. Abrigando docentes e pesquisadores com perfis bastante diversos, essa associação promoveu o diálogo entre esses pares, por meio de seus eventos, reuniões, publicações, servindo, assim, de cimento para dar base ao capital simbólico (*pace* Bourdieu) que esses indivíduos – independentemente da habilitação ou linha de pesquisa – almejavam construir para si mesmos com o concomitante empoderamento grupal.

Em face de outros campos do saber universitário, mais tradicionais e com maior capital simbólico, indivíduos singulares, mesmo com perspectivas teóricas distintas, se beneficiavam

⁹ Meditsch (1999), por exemplo, não defende que o jornalismo seja um conhecimento científico, mas defende que ele possui uma especificidade epistemológica.

do esforço coletivo para o necessário reconhecimento, naquele momento, da comunicação e de suas sub-áreas. A atenuação de antagonismos internos pode ser verificada, segundo Simmel (1955), em situações em que momentaneamente é necessário valorizar a unidade e o agrupamento de elementos ainda que significativamente díspares perante um objetivo comum. Quando o fator externo que causa a coesão do grupo já não representa ameaça ou motivo para se menosprezarem as distinções antes minimizadas, é comum que subgrupos iniciem conflitos internos, provocando alterações das fronteiras verificadas na unidade. Nesse sentido, com o passar dos anos e com a paulatina legitimação acadêmica da área de comunicação, alguns microcosmos começaram a crescer dentro daquele campo e passaram a organizar suas próprias entidades. Em 1991, as universidades que possuíam pós-graduação constituíram uma associação (a Compós) para esse nível de estudos, mas ainda reunindo programas que abordassem quaisquer temáticas no grande “guarda-chuva” da comunicação. Também nos anos 1990, foi fundada uma das primeiras associações vinculadas a uma sub-área: a Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine, de 1996). Outros seguiram a tendência, incluindo alguns agentes sociais ligados ao ensino e à pesquisa de jornalismo. A Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (de 2003) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (de 2004) concretizaram esse movimento apenas no início do século XXI. Os afastamentos não significaram, porém, que tais microcosmos tenham proposto um rompimento com a área de comunicação ou com as associações mais antigas do campo, como a Intercom ou a Compós, mas sinalizaram movimentações políticas para o tratamento de temas mais específicos e/ou para a defesa de interesses mais particulares.

Como visto, essas duas associações de jornalismo – o FNPJ e a SBPJor – se articularam com outras entidades (não necessariamente acadêmicas) do campo jornalístico e se esforçaram para encampar, junto ao MEC, uma estrutura de ensino na graduação destacando o jornalismo em relação à comunicação, curso a que ele esteve submetido por mais de 40 anos.

Tal como está evidente em diversas mensagens de e-mail na lista da Compós, bem como nos seis textos da revista *Cult*, a oficialização do relatório com diretrizes curriculares específicas de jornalismo, alterando seu antigo status de habilitação, representou, por um lado, uma vitória daqueles agentes sociais empenhados na legitimação do jornalismo como campo de saber dentro da universidade, e, por outro lado, um “espinho na carne” dos que não sustentam essa crença. O grau do incômodo com a autonomia alcançada na graduação se expressou em mensagens reativas, como, por exemplo, a de um professor da UFF e ex-presidente da Compós:

Se assim é, e por espírito de justiça e simetria, considero que a Compós deveria desligar do seu quadro de programas associados aqueles que definem o jornalismo como área de conhecimento. Eles que fundem a sua Jorpós. (Afonso de Albuquerque, mensagem em 25/02/14, às 13h22).

[...] do meu ponto de vista a Compós é, para os PPGs de Jornalismo nada mais do que um arranjo provisório, rumo ao Jorpós (ou outro nome bizarro que se queira dar ao monstrengo). Basicamente a Compós é um hospedeiro, como foi o curso de Comunicação Social na graduação. (outra mensagem do mesmo autor em 25/02/14, às 21h28)

O nada sutil posicionamento do professor não ficou sem resposta, igualmente ácida e contundente. Não é objetivo reproduzir trechos de mensagens que se encaminharam até para uma rivalidade pessoal, mas vale destacar que os ânimos ficaram de tal modo alterados na lista da Compós a ponto de o professor J.S. Faro ter solicitado à entidade um ato de desagravo aos ofendidos.

Já na seara da argumentação pela epistemologia, a questão da distância entre jornalismo e comunicação não se apresentou de modo tão inflamado, irônico e agressivo tal como observado nos discursos mais exaltados da lista da Compós e de alguns textos da revista *Cult*. Pelo contrário, a postura discursiva dos defensores do jornalismo como um campo de conhecimento foi primordialmente dialógica e buscou um tom conciliatório por meio de falas reafirmando o óbvio: que o jornalismo é uma forma de comunicação, não podendo, portanto, ser separado dela.

Ao contrário do que afirmam alguns críticos das novas diretrizes (de jornalismo, RP, Audiovisual, etc.), isso não significa um rompimento com a área maior da Comunicação, mas o seu revigoramento como ciência aplicada, com a retomada do vínculo com as profissões que lhe deram origem e justificam a sua existência. (Relato do Fórum de Debates realizado na USP produzido pelo professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Eduardo Meditsch. Texto disponível no site Observatório da Imprensa¹⁰)

A separação entre jornalismo e comunicação não pode ser sustentada logicamente em termos conceituais, nem se tomarmos o eixo das concepções abstratas sobre essas duas instâncias. Porém, pragmaticamente o divórcio pode ser constatado em algumas situações concretas. Por exemplo, no plano do exercício profissional dentro do universo acadêmico, brechas tem sido abertas para consolidar uma política de segregação entre graduados em jornalismo e outros bachareis na área de comunicação. Isso se dá, porque a docência no ensino superior tem se apresentado como uma opção de carreira cada vez mais chamativa,

¹⁰ O professor enviou uma mensagem à lista da Compós informando que seu texto podia ser acessado no seguinte link www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed787_oportunidade_para_o_reencontro_entre_teorica_e_pratica, de 25 de fevereiro de 2014, consultado em 23 de julho de 2014.

principalmente após o *boom* do ensino superior a partir da década de 1990. Entretanto, após o fim da obrigatoriedade do diploma, alguns editais de concursos públicos para professor nos cursos de jornalismo passaram a restringir certas vagas especificamente para os candidatos jornalistas, excluindo as outras habilitações. Essa política de seleção por parte de alguns grupos e algumas universidades não ficou sem receber críticas cada vez que um edital desse aparecia. Durante as discussões de 2014, a polêmica sobre a exclusividade na contratação de jornalistas para o ensino de disciplinas no curso de jornalismo foi trazida novamente à tona:

[...] o princípio que preside a criação das novas diretrizes em nada tem a ver com a lógica do profissionalismo, mas tem raízes profundas na tradição cartorial brasileira, de acordo com a qual o Estado delega a determinadas instâncias da sociedade o poder de conferir certificados aos quais estão associados determinados privilégios. (edição nº 188 da Revista *Cult*, p.33)

Em um contexto de altíssima concorrência por emprego em função do crescimento nacional do ensino superior, de modo geral, despejando bachareis e até mestres e doutores sobretudo nos principais centros urbanos do país, a “reserva de mercado” aparece como uma controvérsia. Por uns, é vista com desconfiança, resistência, acusada de antidemocrática, retrógrada, “tradição cartorial”. Por outros, é justificada como uma maneira de garantir qualidade, ao evitar que pessoas sem competência específica exerçam trabalhos que, no entender deles, devem ser exclusivos de jornalistas diplomados.

Retomando a análise do foco educacional verificado na discussão de 2014 sobre implantação das novas diretrizes curriculares, vale mencionar, por fim, outro eixo do debate, o qual retomou a já tradicional polarização teoria *versus* prática. O combate a um suposto antagonismo entre prática e teoria compôs a linha argumentativa dos dois polos da discussão. O professor José Marques de Melo, que presidiu a comissão de especialistas responsável pela redação das novas diretrizes de jornalismo, fez a seguinte afirmação em sua fala de abertura do Fórum de Debates da USP: “a estrutura dos Cursos de Comunicação com suas habilitações até agora não recuperou o elo entre a produção acadêmica e a prática que foi perdido naquele momento [quando se criou tal formato no ensino de jornalismo]”¹¹. Já a edição de março de 2014 da revista *Cult*, que só apresentou textos contrários às diretrizes (apesar de, na página 23, anunciar que reunia “diferentes pontos de vista”) trouxe, na capa, a seguinte chamada para a

¹¹ reprodução do relato feito por Meditsch. Referência na nota de rodapé anterior.

seção Dossiê: “O fim do jornalismo crítico? Novas diretrizes curriculares criam um abismo entre teoria e prática”.

Esses exemplos mostram que cada um dos lados acusou o outro de promover a desconexão entre teoria e prática. Entretanto, é necessário enxergar que nessa disputa há duas distintas concepções de teoria que estão subjacentes às posturas epistemológicas defendidas por cada um deles. Na perspectiva do jornalismo como campo de conhecimento, a teoria é, em primeiro lugar, uma teoria do jornalismo, que estaria justamente voltada ao aprimoramento da prática profissional jornalística e à crítica dos fazeres dessa atividade. Enquanto isso, nas vozes discordantes das diretrizes de jornalismo, o que é entendido como teoria aplica-se a quaisquer outras dimensões teóricas que forneçam ao estudante um arcabouço intelectual para desenvolver uma visão crítica do jornalismo enquanto prática social (e não como saber acadêmico).

Defensores das diretrizes, por sua vez, não desprezam essas teorias (sociologia, política, ética, filosofia e outras de cariz humanístico) durante a formação, mas sustentam que esses conhecimentos são complementares, assessórios, e não o principal eixo teórico a sustentar imediatamente o fazer jornalístico.

um jornalista precisa antes conhecer a realidade do que conhecer conceitos de outras ciências humanas. Os conceitos são úteis como ferramentas na medida em que sirvam para ajudá-lo a conhecer e interpretar a realidade (Eduardo Meditsch. Texto disponível no site Observatório da Imprensa).

Similarmente ao que se passa com as concepções de teoria, também existem diferentes perspectivas no entendimento do que seja esse fazer jornalístico. A prática jornalística e a realidade profissional do grupo são descritas com contornos variados nas vozes participantes do debate de 2014, sobretudo em relação ao atual contexto das mídias digitais e em rede. Para os defensores de uma formação mais abrangente, em um mercado cada dia mais globalizado, tecnologicamente mais ampliado e menos suscetível a fronteiras de quaisquer tipos, ocorre que também as portas do jornalismo se abrem em vários sentidos. Justamente por essa razão, é que rejeitam o modelo educacional proposto nas diretrizes curriculares mais específicas.

O único problema é que o jornalismo, tal como existiu no século passado, está em declínio acelerado. E o campo de empregabilidade para os alunos universitários está no campo genérico da comunicação: mídias sociais, convergência midiática, novos mercados do audiovisual.

Em um mundo em mutação as novas diretrizes são como apostar na formação de fabricante de ferraduras como reação ao surgimento do automóvel.

Aos que comemoram a vitória de Pirro da aprovação que foi a aprovação das diretrizes, os meus mais sinceros parabéns.

E aproveitem a vitória enquanto der porque, como sabemos, não dá para parar a história por decreto... (Afonso de Albuquerque, mensagem na lista da Compós em 03/03/14)

Afirmar que os defensores das novas diretrizes queiram “parar a história por decreto” é certamente um exagero. O novo contexto tecnológico fez parte das preocupações que os defensores das diretrizes específicas para jornalismo procuram levar em conta. Reflexões sobre os desafios à formação do jornalista na contemporaneidade estiveram presentes não apenas em 2009, quando a comissão de especialistas elaborava o texto base das diretrizes, mas também nas discussões de 2014, momento de aplicação das novas regras nas universidades. Elas apareceram, por exemplo, na fala de um dos palestrantes do Fórum de Debates, na USP:

O professor Carlos Chaparro falou do processo de mutação vivido pela realidade profissional, com a revolução das fontes, a dialética dos conflitos sociais e os condicionantes tecnológicos deslocando e transformando as funções e os papéis tradicionais dos jornalistas na mídia, nas organizações e na sociedade. (Eduardo Meditsch. Texto disponível no site Observatório da Imprensa).

Como é possível notar, favorecer a formação de um profissional capaz de lidar com as transformações contemporâneas é um dos aspectos defendidos por esses agentes. O próprio texto das diretrizes, tal como lembrado pelo professor Eduardo Meditsch durante o Fórum de Debates, aponta que as competências esperadas do egresso do curso incluem “saber usar as tecnologias de informação e comunicação”. Entretanto, paralelamente também é interessante perceber o quanto essas preocupações não parecem superar uma perspectiva prioritariamente instrumental da questão tecnológica. Tecnologias são vistas aí como ferramentas para o trabalho jornalístico e não como elementos culturais que integram, na contemporaneidade, processos de mudança mais amplos, que inclusive apontam para uma transformação radical do paradigma comunicacional que antes era ancorado na comunicação de massa, mas agora já não deve ser visto fora da lógica das redes. Tais vozes ressoam certa dificuldade em aceitar os fenômenos que provocam nebulosidades nas fronteiras jornalísticas, inclusive em relação ao aspecto profissional da atividade. Frente a novas experiências de colaboração, *crowdfunding*, *crowdsourcing*, é forçoso admitir que o jornalismo não é apenas uma profissão. Ele continua, sim, sendo praticado por profissionais, mas a atividade jornalística já não é exclusiva de

sujeitos que a vivenciam dessa maneira. Isto é: a tradicional noção de profissional como aquele sujeito que se dedica integralmente a uma atividade laboral e dali tira o seu principal sustento já não é mais pré-requisito para a identificação de alguém como jornalista. Este pode ser o blogueiro, o colaborador de algum site ou coletivo de mídia que exerce a atividade como um “bico”, mas que ainda assim compartilha o sentimento de pertencimento ao grupo dos jornalistas. Sente-se jornalista ainda que essa não seja a sua profissão¹².

Considerações finais

Ao analisar características da discussão de 2014 envolvendo a comunidade acadêmica a respeito da aplicação das novas diretrizes curriculares nas universidades brasileiras, procurei apontar aspectos políticos e epistemológicos nas estratégias discursivas dos principais lados em debate: o dos favoráveis e o dos contrários às diretrizes. Destaquei que, além dos discursos, certos agentes articulam atos que buscam mobilizar opiniões a seu favor e angariar apoios, por exemplo, frente a instâncias de poder institucional (como o MEC) ou junto a outros agentes dentro mesmo do universo da academia.

Tal como mencionado desde a introdução, o debate acerca da formação do jornalista não é uma novidade surgida com a questão das diretrizes curriculares específicas, mas atravessou variados períodos de polêmica até chegar à atualidade. De qualquer modo, é interessante observar que as discussões a partir do viés assumido contemporaneamente tanto trazem elementos de rupturas quanto de continuidades em relação a outros momentos de conflito.

A partir da descrição de características das diferentes retóricas configuradas em torno do tema nos três espaços analisados, foi possível notar a permanência da tensão teoria *versus* prática. Mas, pelas análises mais cuidadosas das falas manifestadas em diferentes ocasiões, é perceptível que os novos rumos da discussão atual se direcionam para uma exacerbação do conflito jornalismo *versus* comunicação. O mundo acadêmico, na configuração em que contemporaneamente se encontra, tem uma função dupla: ele é simultaneamente arena e fornecedor de matéria-prima ideológica para as discussões sobre formação do jornalista. E, nessa condição, ele tem favorecido uma disputa entre dois eixos – o da comunicação e o do

¹² Para melhor entendimento desse movimento relacionado com a questão profissional, vide Lopes, 2013.

jornalismo – os quais pleiteiam, cada um a seu modo, o status de teoria ou de grupo específico de conhecimento acadêmico.

Nesse sentido, a disputa teoria *versus* prática vem perdendo sua aparência de oposição dicotômica. É bem verdade que essa questão nunca foi dual, mas, durante bastante tempo, o silenciamento de certos conflitos e ambiguidades internas ao campo acadêmico da comunicação ajudou a revesti-la de uma aparente dualidade. Na contemporaneidade, contudo, diante das disputas acadêmicas, dos esforços políticos, das investidas epistemológicas em busca da sedimentação do jornalismo como campo de conhecimento e também perante um novo contexto comunicacional, vem sendo paulatinamente desvelada a heterogeneidade das concepções de teoria, bem como das compreensões do que seja a prática [do jornalismo].

Para concluir o trabalho, vale acrescentar algumas palavras – não em resposta a Adilson Cabral, porque ele não se dirigiu diretamente a mim, mas em diálogo com a posição que ele manifestou no dia 16 de fevereiro de 2014 na lista da Compós. Justificando porque não se ocuparia de escrever um artigo sobre o tema ali discutido, para publicar em revista acadêmica, ele afirmou: “a arena é política, não epistemológica. Diria até que, de certo modo, a política atropelou e implodiu a epistemologia ...”. Com efeito, o presente trabalho está, até certo ponto, em sintonia com parte dessa opinião, posto que as descrições e análises aqui empreendidas foram capazes de evidenciar a forte presença dos engendramentos políticos nas discussões sobre diretrizes, inclusive na mobilização e no reforço da retórica da epistemologia. Todavia, essa concordância vai até certo grau, porque o fato de haver estratégias políticas na articulação da epistemologia não anula o fato de que existe uma dimensão epistemológica em jogo. É possível até não concordar com os argumentos dela, mas sugerir que ela não existe (ou que foi implodida) significa nada mais nada menos que um movimento político para buscar o enfraquecimento do lado com o qual não se quer concordar.

Ora, é possível debater os aspectos gnoseológicos do jornalismo sem necessariamente concordar que essa atividade social seja uma forma de conhecimento acadêmico específico – ou pior – científico. Porém, isso é assunto para ser debatido em outro artigo.

Referências

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS. Os debates dos jornalistas brasileiros 1970-1982. Brasília: FENAJ, 1983.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica.** São Paulo: Paulus, 2013.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, da Intercom. Vol. XXI, nº 1, jan/jun 1998, p. 25-38

MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. 1999. Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditschdilema.html>

MELO, José Marques de. FADUL, Anamaria; SILVA, C.E. Lins da. (orgs.). **Ideologia e poder no ensino da comunicação.** São Paulo: Intercom, 1979.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares.** Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro.** Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SIMMEL, Georg. "Conflict". In: **Conflict and the web of group affiliations.** NY/London: The Free Press. /MacMillan Publishers, 1964. p.11-123.

Fontes primárias

BRASIL. **Diretrizes curriculares de jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas** (instituída pela portaria nº 2301/2009 de 12 de fevereiro de 2009). 18 de Setembro de 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº39/2013**, de 20 de fevereiro de 2013. Diretrizes curriculares para o curso de graduação em jornalismo. Brasília, 20 de fevereiro de 2013. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14111&Itemid=

BRASIL. Despachos do Ministro. Homologação do Parecer CNE/CES nº39/2013, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 177, 12 set. 2013. Seção 1, p. 10.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº1, de 27 de setembro de 2013. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá**

outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 190, 1º out. 2013. Seção 1, p. 26. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14242&Itemid=

MEDITSCH, E. Oportunidade para o reencontro entre teoria e prática. **Observatório da imprensa**, nº 787, 25 de fevereiro de 2014. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed787_oportunidade_para_o_reencontro_entre_teor%C3%ADa_e_pr%C3%A1tica

REVISTA CULT. Edição nº 188, março/2014.

Artigo recebido dia 29 de agosto de 2014 e aprovado dia 27 de setembro de 2014.